

Tatiane Rocha Vieira

9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho

GT 17: “ Nossa voz, nossa vez! “: Educação das Relações étnico-raciais no Ensino de Sociologia

**PROTAGONISMO DAS PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA:** contribuições de uma pedagogia antirracista e do feminismo negro no enfrentamento das reações conservadoras na escola

São Paulo,

2025



## **PROTAGONISMO DAS PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: contribuições de uma pedagogia antirracista e do feminismo negro no enfrentamento das reações conservadoras na escola**

Tatiane Rocha Vieira<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O recorte da pesquisa investiga como docentes de Sociologia abordam temas de gênero, raça e sexualidade confrontados pelas reações conservadoras mobilizadas pelo pânico moral e a “ideologia de gênero” que afetam diretamente os currículos e as práticas pedagógicas. São analisados 16 relatos de professoras que se autodeclararam negras. Os dados são interpretados a partir da análise crítica do discurso e da interseccionalidade do pensamento feminista negro. Dentre os principais temas considerados como sensíveis e conflituosos estão: gênero e sexualidade, religiões de matrizes africanas, racismo, aborto, política, religião. As narrativas indicam efeitos do neoconservadorismo nas práticas pedagógicas como: vigilância, denúncia, medo, censura, silenciamento, perseguição, assédio, sofrimentos, violências e adoecimento das docentes. Não obstante às opressões, racismos e violências, estas professoras negras mantêm uma identificação afetiva e engajada politicamente com a docência e com a crença na educação como transformação social pela construção de um conhecimento resistente que engendre justiça. Nesse contexto, a identificação e o engajamento com a educação traduzem possibilidades de enfrentamento e reversão do dispositivo de racialidade e do epistemicídio.

**Palavras-chave:** Feminismo Negro, Interseccionalidade, Racismo, Ideologia de gênero, Ensino de Sociologia.

### **INTRODUÇÃO**

O recorte da pesquisa investiga como docentes de Sociologia abordam temas de gênero, raça e sexualidade confrontados pelas reações conservadoras mobilizadas pelo pânico moral e a “ideologia de gênero” que afetam diretamente os currículos e as práticas pedagógicas. Delimita-se um recorte que visa interseccionar raça, gênero e sexualidade no Ensino de Sociologia. Desta forma, problematiza-se:

- Quais as dificuldades das professoras negras para abordar temas sobre gênero, raça e sexualidade nas aulas de Sociologia?

É importante destacar que essa problemática é um recorte de uma pesquisa mais ampla conduzida no Laboratório de Ensino Lélia Gonzalez (UnB): “A construção da identidade profissional docente em Sociologia frente aos desafios curriculares e pandêmicos no Brasil”, de responsabilidade do Professor Marcelo Cigales (PPGSOL/UnB). Do total das 52 entrevistas, são analisadas 16 relatos de professoras que se autodeclararam negras, sendo 8 pretas e 8 pardas.

Os dados são interpretados a partir da análise crítica do discurso com a finalidade de analisar a linguagem como prática dialética que engendra relações de poderes, desigualdades

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), integrante do Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez (SOL/ UnB)- UF: DF, professora de Sociologia da Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), [tatianesociologia@gmail.com](mailto:tatianesociologia@gmail.com)



e opressões, mas que surge gerando efeitos para a mudança social possibilitando brechas para a agência dos sujeitos. Estas entrevistas também são analisadas a partir dos referenciais teóricos do pensamento feminista negro, principalmente no que tange à interseccionalidade enquanto teoria social crítica e metodologia. Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília, submetida a Plataforma Brasil sob o parecer número 5.567.661.

A fim de expandir os objetivos desta pesquisa, a inclusão da categoria raça pretende introduzir a complexidade da perspectiva da interseccionalidade (Collins, 2019, 2022) para compreender como a intersecção de diversos maçadores identitários como raça, gênero, sexualidade, classe, idade, religião etc. incidem sobre as práticas pedagógicas nas aulas de Sociologia enunciando nuances das desigualdades, opressões e violências reiteradas pelo racismo, heterossexismo e misoginia inflados pelos efeitos das reações do conservadorismo no contexto escolar.

## **REFERENCIAL TEÓRICO E PRINCIPAIS RESULTADOS**

### **“Cadê a Sociologia que estava aqui?”<sup>2</sup> Imaginando Sociologias com os feminismos negros e da América Latina**

Sueli Carneiro (2023) fundamenta como as pessoas negras são historicamente despojadas da condição de humanidade. O colonialismo com a escravização desenvolveu um dispositivo de racialidade que tem como uma de suas estratégias a desumanização e o epistemicídio. Esse processo relegou os sujeitos racializados à condição de não-ser, coisificados, estereotipados, negados em sua humanidade, reduzidos ao ser ôntico, ao não-ser. O dispositivo de racialidade engendra uma dominação de poderes, saberes, corpos e subjetividades racializados.

O epistemicídio legitima-se historicamente na naturalização ideológica dos negros como inferiores, destituídos de razão, animais, bestializados próximos ao estado primitivo de uma natureza, desprovidos de história, cultura e racionalidade, designados como objetos de conhecimento e incapazes de serem reconhecidos como sujeitos de conhecimento e sujeitos de aprendizagem (educabilidade).

---

<sup>2</sup> Os tópicos desta seção são pensados a partir do slogan do ENESEB em 2025: “Cadê a Sociologia que estava aqui?” Imaginando Sociologias na Educação Básica”.



Em relação aos efeitos do imperialismo e do colonialismo nos territórios invadidos pelos colonizadores europeus, Maria Lugones (2014, 2020) demonstra como a colonialidade do poder está atrelada à colonialidade do gênero no sistema de gênero moderno/ colonial. Deste modo, tanto raça quanto gênero são ficções construídas como eixos estruturantes de dominação. Lugones (2014, 2020) adverte que é imprescindível apreender como a colonialidade afetou os corpos e as subjetividades das mulheres racializadas colonizadas. Assim a categoria gênero remete ao critério de humanidade e capta inicialmente as mulheres brancas colonizadoras, pois aquelas colonizadas foram enquadradas aquém do critério de humanidade, destinadas à condição de não-humanas, objetificadas e enquadradas como corpos abjetos, não inteligíveis pelas matrizes de humanidade e reconhecimento (Butler, 2019, 2020, 2022, 2023a, 2023b, 2024).

No que concerne aos critérios de humanidade e reconhecimento, Butler (2019, 2020, 2022, 2023a, 2023b, 2024) destaca que historicamente estes parâmetros são designados em relações entre sujeitos. No entanto, há corpos que não são enquadrados nestes referenciais de reconhecimento por estarem abaixo dos limites da matriz cisheteronormativa branca. Portanto, aqueles que divergem destes enquadramentos, como: mulheres não-brancas, negros, indígenas, gays, lésbicas, travestis, pessoas trans e não-binárias, são enquadradas como abjetos(as). Sua condição de humanidade é negada, são objetificados, habitam a zona do ôntico, do não-ser. A zona de abjeção escapa às matrizes tradicionais de inteligibilidade que atribuem humanidade e reconhecimento.

A distribuição desigual hierarquizada dos referenciais de humanidade e reconhecimento classificam quais corpos importam e são identificados como vidas vivíveis dignas de luto público em detrimentos da precariedade de corpos designados como abjetos, portanto vidas matáveis, desprovidas da proteção do Estado e do direito ao luto. A interseccionalidade que abarca as vidas das mulheres negras intensificam as opressões, desigualdades e hierarquias e as vulnerabilizam nesse lugar de vidas precárias desumanizadas como seres abjetos. As mulheres negras disputam constantemente os critérios de humanidade e reconhecimento.

Collins (2019) destaca como os estereótipos sobre as mulheres negras configuram imagens de controle. As imagens de controle tais como a Jezebel e a *Mammy* remontam ao período da escravização. Estas guardam a dimensão da objetificação de mulheres negras e expressam uma dominação sobre os corpos, sexualidades e subjetividades. Enquanto a figura da



Jezebel denota uma agressividade sexual erotizada, a *Mammy* é dessexualizada. As imagens de controle representam uma cadência que perpassa a imagem materna desprovida de sexualidade até a intensa erotização da Jezebel.

Lélia Gonzalez (2020a, 2020b) e Sueli Carneiro (2023) também discorrem sobre os estereótipos das mulheres negras brasileiras sob a ótica da erotização e exotização da imagem da mulata, desvelando a opressão e a violência subjacente, desmistificando o mito da democracia racial e da neurose cultural brasileira (Gonzalez, 2020a, 2020b) que nega ocultando as raízes africanas da história e da cultura que sustentam a cultura e a identidade nacional. No entanto, as marcas africanas e da negritude enraízam historicamente a cultura graças à subversão das bás (mães- preta) que impregnaram a linguagem como enfrentamento do racismo se opondo à colonialidade.

Collins (2016, 2019,2022) enfatiza como as experiências vividas das mulheres negras são relevantes para uma epistemologia feminista negra, pois representam uma perspectiva cognitiva singular por habitarem uma posição marcada pela interseccionalidade de múltiplos marcadores como raça, gênero, classe, sexualidade. A condição de ser uma *outsider within* (uma estranha forasteira de dentro) em diversos espaços possibilita que as mulheres negras desenvolvam uma compreensão crítica e criativa ensejando um conhecimento resistente que questione e enfrente às desigualdades e opressões. As singularidades das experiências vividas das mulheres negras orientam um critério epistêmico para validar a construção de conhecimento como legítimo e válido.

Essa perspectiva singular, crítica e criativa de *outsider within* pode ser articulada à consciência da fronteira, proposta por Anzaldúa (2005), a ambiguidade de habitar múltiplos espaços de pertencimento e o sentimento ambivalente de não se sentir pertencente, parte, engendra uma perspectiva analítica plural para as pessoas racializadas, principalmente para as mulheres negras e indígenas da América Latina (Gonzalez, 2020a).

No sistema de gênero moderno/ colonial, Lugones (2014, 2020) enfatiza que a colonialidade do poder articulada com a colonialidade de gênero durante o processo de dominação colonial, encontrou resistências o que provocou uma fratura na cultura e na subjetividades das pessoas colonizadas, nesse ínterim irrompeu brechas para a agência e a subversão. Nesse escopo, Lugones (2014, 2020) elabora o conceito de lócus fraturado aproximando-o da perspectiva teórica e metodológica proposta por Collins (2016, 2019,2022) e Anzaldúa (2005)



como esse espaço de resistência e criatividade da ambivalência de habitar um lugar de *outsider within* atravessado pela interseccionalidade. Deste modo, as professoras negras entrevistadas contribuem com uma perspectiva crítica, singular e criativa ao partilhar as narrativas sobre suas vivências pessoais, acadêmicas e profissionais, por se situarem diferentemente nesse lócus fraturado cultivando uma consciência entre fronteiras de serem *outsiders within* em diversos espaços.

Collins (2016, 2019,2022) acrescenta que a relevância da perspectiva das mulheres negras em atravessar vivências marcadas por uma gama de opressões em múltiplas dimensões de pertencimentos ambivalentes, permite que elas desenvolvam uma consciência criativa e crítica como conhecimento resistente de enfrentamento aos racismos, às discriminações e às desigualdades que as afligem e provocam resistências e mudanças, principalmente por terem que se posicionarem contra as imagens de controle e assumirem politicamente uma consciência coletiva e se apropriarem do direito de autodeterminação (Collins, 2016, 2019,2022).

Se empoderar pelo direito de se autodefinirem, sobretudo questionando e se contrapondo veementemente contra a imposição de imagens de controle que as estereotipam, as inferiorizam, as negam, as desumanizam, possibilita as mulheres negras fortalecer uma agência resistente e subversiva. Nessa perspectiva, as professoras negras entrevistadas desenvolveram estratégias de se autodefinirem, especialmente em oposição às imagens de controle. A educação para as entrevistadas, tanto como alunas durante a trajetória escolar e acadêmica e a docência representam esse processo de se autodefinirem contra imagens de controle que historicamente tentam enquadrar e dominar as mulheres negras.

Tanto para Collins quanto para Lugones os feminismos negros e decoloniais tem a responsabilidade de apreender como a interseccionalidade de múltiplos marcadores e a colonialidade do gênero na diferença colonial engendra diferentemente as mulheres negras que habitam territórios que foram colonizados outrora, aonde perduram os efeitos da colonialidade na contemporaneidade. Gonzalez, Anzaldúa e Carneiro também ressaltam em suas obras que a interseccionalidade, a colonialidade e a experiência diaspórica das mulheres mestiças, de cor, amefricanas tornam os feminismos da América Latina (Gonzalez, 2020a) como pungentes. Segundo Lugones, cabe às feministas que buscam compreender as vivências das mulheres de cor reconhecer os efeitos desencadeados pela diferença colonial e as resistências que emergiram do processo da colonialidade do poder e de gênero.



O reconhecimento das vivências das mulheres negras como significativo no processo de construção de conhecimento tensiona o dispositivo de racialidade e o epistemicídio, implicando que os sujeitos negros, principalmente as mulheres, são também agentes de conhecimento e não somente objetos de conhecimento. As professoras negras entrevistadas demonstram como se apropriam deste lugar epistêmico e são agentes na escola e no universo acadêmico como construtoras de conhecimento resistente.

As Ciências, as escolas e as universidades historicamente estruturam-se pelo e no dispositivo de racialidade retroalimentando as estratégias do epistemicídio que aniquilaram saberes ancestrais africanos e atualizam essa exclusão dos conhecimentos das pessoas negras como sujeitos cognocentes e aprendentes. Nesse contexto, a educação em seus mais diferentes espaços representa uma negação do ser intensificando a dimensão da outridade, do ôntico, da desumanização. Não obstante, o processo educacional tender a perpetuar o dispositivo de racialidade, o epistemicídio por meio da desumanização das pessoas negras, as escolas e as universidades podem ser transformados em espaços de resistência e possibilitar a transição do não-ser em ser, para tal, a educação precisa reconhecer a diversidade dos saberes e poderes das pessoas negras como um processo de afirmação de um conhecimento crítico resistente por meio de uma pedagogia antirracista e de uma educação para as relações étnico-raciais, como propostas pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

### **“Cadê a Sociologia que estava aqui?” Imaginando Sociologias com o Ensino sobre gênero, raça e sexualidade na escola**

O cenário político tem se configurado em uma arena de embates entre agentes conservadores da direita e da extrema-direita contra movimentos sociais progressistas em torno dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, das questões raciais. As pautas antigênero e antifeministas tem confrontado os avanços nas políticas públicas e nas legislações gerando retrocessos, principalmente nas áreas da saúde e na educação.

As políticas educacionais tem sido foco das reações conservadoras, sobretudo na censura de temáticas sobre direitos humanos, diversidade, relações raciais, gênero e sexualidade. Dentre os objetivos específicos das Ciências Humanas e Sociais, a Sociologia tem sido afetada pelos efeitos do neoconservadorismo por causa de seus sentidos específicos de desnaturalização, estranhamento, desconstrução, criticidade e formação para cidadania (Bodart, 2023; Cigales, 2022).



Historicamente o Ensino de Sociologia reverbera os embates políticos em um contexto de inflexão democrática. As aulas de Sociologia e seus docentes são alvos, que adquiriram notoriedade com o Movimento Escola Sem Partido. Com seu arquivamento os ataques à educação se concentraram nas temáticas de gênero e sexualidade, estigmatizadas como “ideologia de gênero” em torno de um pânico moral. Essas reações conservadoras incidem na identidade docente e nas suas práticas pedagógicas gerando medo, censura, ameaças, perseguição.

Dentre os principais temas considerados como sensíveis e conflituosos, que as professoras afirmam ter mais dificuldades ou que mobilizam reações conservadoras, estão: gênero e sexualidade, religiões de matrizes africanas, racismo, aborto, política, religião. As narrativas indicam efeitos do neoconservadorismo nas práticas pedagógicas como: vigilância, denúncia, medo, censura, silenciamento, perseguição, assédio, sofrimentos, violências e adoecimento das docentes.

O dispositivo de racialidade e o epistemicídio encontram na escola e na universidade uma das suas expressões mais intensas, tanto como assujeitamento quanto possibilidades de resistência e subversão (Carneiro, 2023). Assim a educação com perspectiva emancipatória e antirracista configura uma linguagem subversiva de reparação histórica e simbólica para a desconstrução do racismo, sexismo, colonialismo que impregnaram a história e a cultura desafiando e deslegitimando a neurose cultural brasileira (Gonzalez, 2020a).

### **“Cadê a Sociologia que estava aqui?” Os desafios de imaginar Sociologias sobre gênero, raça e sexualidade para docentes negras**

As professoras abordam mais as temáticas de gênero, raça e sexualidade nas aulas. Elas também demonstram mais profundidade e formação nessa área. Destaca-se o protagonismo das docentes negras, tanto em relação a estes temas quanto às questões étnico-raciais, sobretudo na valorização de autoras negras, demonstrando um recorte que intersecciona gênero, raça e classe.

Temas relacionados à diversidade sexual, às religiões de matrizes africanas e ao aborto são os que mais mobilizam reações conservadoras, inclusive com efeitos mais acentuados como racismo, misoginia e violências. As professoras negras que mais se engajaram nessas temáticas narram mais episódios de violências na escola e relatam mais situações de sofrimentos que culminam em adoecimentos e licenças para tratamento de saúde.



Todavia, as opressões, racismos e violências que atingem estas docentes, elas não se silenciam e utilizam estratégias para lidar com os embates com estudantes, familiares, equipe gestora e até mesmo com vereadores ou deputados que tentaram interferir em suas aulas. Dentre as principais estratégias docentes estão: a legitimação da Sociologia como Ciência em contraposição ao senso comum, o uso do livro didático, o respaldo nas diretrizes curriculares e nas legislações, principalmente enfatizando os objetivos da Lei 10.639/2003, o apoio da equipe gestora e pedagógica, o alinhamento com os exames para ingresso no Ensino Superior como ENEM, vestibular e PAS, o apoio de organizações coletivas e a inserção em uma rede coletiva de produção intelectual, a adoção de uma pedagogia antirracista, a militância no movimento feminista, negro e no feminismo negro, por exemplo.

Não obstante, às opressões, racismos e violências, estas professoras negras mantêm uma identificação afetiva e engajada politicamente com a docência e com a crença na educação como transformação social pela construção de um conhecimento resistente que engendre justiça. Nesse contexto, a identificação e o engajamento com a educação traduzem possibilidades de enfrentamento e reversão do dispositivo de racialidade e do epistemicídio que modificam os sentidos da educação como processo histórico de negação e desumanização. Deste modo, se amplia um horizonte de possibilidades de uma educação como modos de afirmação e de resistência, permitindo então que negros(as) historicamente invisibilizados (as) e negados(as) se reconheçam como sujeitos cognoscentes e produtores(as) de conhecimentos subversivos.

A identificação e o engajamento com a educação e com a identidade de professoras de Sociologia constituem uma dimensão significativa para confrontar as imagens de controle, afirmar o direito de autodefinição e se opor politicamente às opressões, desigualdades e violências impostas pelo racismo e sexismo como efeitos duradouros da colonialidade.

Nessa perspectiva de se autodefinirem pela suas vozes em espaços que historicamente as invisibilizaram e as excluíram, como as escolas, as universidades, as instituições científicas, as professoras negras disputam os critérios de reconhecimento. Elas reivindicam o reconhecimento como sujeitos de direitos. Elas disputam as matrizes de inteligibilidade que atribuem reconhecimento e humanidade que balizam quais corpos são dignos de serem protegidos e reconhecidos como vidas que importam, portanto vidas vivíveis (Butler, 2019, 2020, 2022, 2023a, 2023b, 2024).



**Cadê a professora preta que estava aqui? Imaginando outras narrativas possíveis: “Eu sou a primeira professora preta que meu pai vai ver...”**

A fim de ilustrar os argumentos expostos acima, destaca-se um relato de uma professora autodeclarada preta, 62 anos, do interior do Estado de São Paulo, pobre, que será denominada poeticamente como Lélia, para preservar o anonimato. Lélia compartilha as dificuldades de sua trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional. Entrevistada por uma chamada de vídeo online por um professor doutro branco. Inicialmente Lélia demonstra uma inquietação com a dificuldade de manusear as funcionalidade do dispositivo da vídeo chamada. Por inúmeras vezes Lélia tenta trocar de dispositivos para conseguir ligar a câmera, sem êxito. A entrevista acontece com a câmera de Lélia desligada, aparecendo somente a imagem do professor. O professor lê o termo de compromisso e tem um roteiro semi-estruturado com 7 blocos temáticos de perguntas. Lélia narra com fluidez sua história de vida, extrapolando as perguntas semi-estruturadas do roteiro.

O primeiro bloco de perguntas versa sobre o início da trajetória acadêmica mas motivações para a escolha do curso de Ciências Sociais. Lélia inicia a narração de uma história dramática marcada por inúmeras discriminações e violências. Filha mais velha de uma família pobre, Lélia se vê pressionada a abandonar os estudos para dar chances para suas irmãs menores estudarem. Seu pai exige que Lélia renuncie aos estudos para ajudar no sustendo da família. Ela projeta como alternativa casar para sair de casa e desonerar da responsabilidade de cuidar das irmãs, enfatizando que a decisão pelo casamento é a única forma que ela enxerga para continuar estudando. Ela planeja com seu namorado juntar recursos para comprar casa, móveis e casar combinando que iria continuar os estudos universitários. Três anos depois o casamento acontece. Na noite de núpcias, Lélia afirma incisivamente que vai fazer a faculdade, conforme o combinado, nessa mesma noite Lélia é brutalmente espancada, sofrendo uma tentativa de feminicídio, porque seu marido proibiu que ela estudasse. Salva por uma vizinha que ao ver a fumaça os bombeiros. Lélia estava desmaiada. Ela relata que se separou naquela mesma noite, convivendo em silêncio por dois anos até juntar dinheiro e fazer a tão sonhada faculdade.

No início da década de 80 Lélia se forma em Serviço Social, sua primeira graduação. Ela vai estagiar numa grande multinacional como assistente social, adquire experiência e funda sua própria empresa. Ela menciona alguma vezes que era “ryca”, tinha sua casa, seu carro, muitos funcionários. Casa-se pela segunda vez, novamente com um homem preto, vinte anos



mais velho, que era violento e a agredia. Lélia frisa o seu desejo de estudar para ser professora. Para sair desse casamento, ela propõe vender seus bens e dar todo o dinheiro para o marido, que tinha o sonho de morar na Itália. Essa foi a estratégia que ela encontrou para se afastar do meio e seguir seus projetos de fazer faculdade. Lélia finalmente consegue se separar do marido, retorna com um filho pequeno para o interior de São Paulo e escolhe fazer Ciências Sociais ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho. Nesse sentido, ela declara que opção pela Licenciatura em Ciências Sociais harmoniza o seu desejo de ser professora com a necessidade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho.

Lélia narra sua extensa formação acadêmica, além da graduação em Serviço Social e em Ciências Sociais, ela acumula uma série de diplomas: graduação em História, em Pedagogia, dois mestrados, sendo um na USP e na época na entrevista era doutoranda em Comunicação Social em uma universidade particular, com o projeto de realizar um segundo doutorado em educação numa universidade pública. Lélia enfatiza: “(...) porque eu vejo, eu peguei a minha trajetória de vida e eu percebi que eu só fui dar conta que eu era uma mulher preta e que eu incomodava as pessoas, porque eu acreditava sempre que eu podia e mesmo meu pai dizendo que meu lugar não era ali, que meu lugar era dentro de casa, que eu queria ser riquinha de porão. Isso aí me deu, foi uma mola propulsora que eu consegui mostrar para mim e para o mundo que todos podem, todos podem, independente de cor, independente de raça, independente de situação financeira. Mas, os que acham que não podem, eles acham que não podem porque eles não tem uma visão proativa e nem conhecem pessoas que eles possam fazer perguntas e obter resposta, eles já recebem assim, “o seu lugar não é aí”. E eles aceitam isso. E quando meu pai disse para mim “cê vai estudar? Estudar não dá dinheiro. O seu lugar não é aí, cê tá querendo ser igual o branco.” E eu falei “meu pai tá doido, meu pai tá doido porque meu pai acha que que não tem professora preta? É, não tem mesmo, porque na época dele não tinha. Eu sou a professora preta que ele vai ver pela primeira vez, meu pai morreu ano passado e ele não conseguiu me ver doutora que era o sonho da vida dele, mas não tem problema, a minha mãe vai ver, né. Pelo menos até agora que vai ver, o meu filho vai ver, meus filhos vão ver, meus netos vão ver, os adotivos, o...nem sei se meu filho biológico vai querer ter filho, mas pode ser que sim e vai ver, eu vou ser professora, doutora sim, (...)”

Quando questionada se já teve alguma dificuldade de trabalhar algum tema nas aulas de sociologia, Lélia relata um episódio em que alunos evangélicos reclamaram com a coordenadora que a professora estava trabalhando os temas de preconceito, discriminação no mercado de trabalho por duas aulas. Ao se lembrar do fato, ela menciona que disse na ocasião que não acreditava em Deus, que era “atoa”, e “a esquerda”. Enfatiza que preto tem que ser de esquerda, apesar de afirmar não discutir política em sala de aula. Ela discorre sobre a reclamação dos estudantes para a coordenação: “ (...) foi desgastante. A minha coordenadora me chamou e disse que os alunos do terceiro ano do Ensino médio da manhã disseram para ela que já fazia duas aulas que eu estava falando sobre preconceito, discriminação, mercado de trabalho e falei para eles que trabalho não é emprego e emprego não é trabalho. Falei que tem diferença e eles não aceitaram isso, e eu disse que não acreditava em deus, mas que eu ia explicar. Perguntaram para mim, qual era o meu lado político e eu falei que sempre que era a esquerda. Eu não falei que era PT, mas eles foram para ela e falaram isso aí virou um arse-



*nal de guerra. Primeiro, que eu sou atoa e lá eles são evangélicos, isso não impede eu de trabalhar e que eu saiba o nosso país é laico ou estou enganada? Eu posso ser o que eu quiser e eu não sou nada, eu acredito nesse deus que as pessoas dizem que é um homem branco de cabelo comprido?(...)”*

Ela cita que foi impedida de trabalhar temáticas raciais, inclusive narra um episódio em que foi silenciada e interdita em público pelo gestor da escola. Durante uma feira para tratar da temática étnico-racial, Lélia foi pressionada pelo diretor para encerrar o evento antes do tempo combinado, alegando que o baralho do evento incomodar as filhas gêmeas da vizinha que não conseguia dormir pela manhã. indignada, Lélia interrompe o evento na escola e vai para a rua com seus alunos dando continuidade à feira fora da escola. Lélia não teve o apoio da direção nem da coordenação da escola. Apenas uma “professora branca, loira de olhos azuis, casada com preto” que levou suas turmas para evento, burlando a interdição do diretor. O evento ganhou notoriedade pela imprensa, Lélia deu entrevista para várias emissora de televisão. Destacando que não teve nenhum apoio da direção da escola.

Quando questionada sobre dificuldades no ambiente escolar, Lélia cita um relacionamento conflituoso com o diretor, declarado “bolsonarista”. Ela compreende e afirma ser uma perseguição motivada por racismo. Relata que inúmeros projetos para trabalhar temáticas raciais nessa escola foram engavetados pelo diretor. Ela também relata que ele destruiu a biblioteca da escola e colocou os livros em um container, inclusive livros que ela arrecadou sobre questões étnico- raciais. Ela discorre sobre os embates com o diretor: “ (...)eu tive problema com uma coordenadora e com meu diretor eu tenho problema sempre. Primeiro, ele é bolsonarista e ele me odeia, porque eu não sou bolsonarista, eu sou de esquerda. Preto tem que ser esquerda, não dá para ser preto de direita e eu falei isso para ele. Agora, eu não discuto política na escola, eu não levo problema para ele. Eu sou independente e eu gosto muito de trabalhar em grupo e ele não deixa, ele não deixa trabalhar em grupo, ele não aprova nenhum projeto que eu apresento para escola e eu fiquei muito magoada, fiquei muito triste porque eu sei que o problema é racial, não é outro problema. (...) O problema dele é outra história. Eu sou de esquerda, eu sou uma pessoa que não adianta você falar para mim que é assim se eu não tenho certeza que é assim, se você me falar que o celular é um óculos eu vou discutir com você até eu saber porque você quer que eu fale que o celular é o óculos. E ele quer me enganar, e eu não aceito”.

Em virtude desse conflito com o diretor da escola Lélia solicitou uma longa licença (desde 2018) por tempo indeterminado e não pretende retornar ao ambiente escolar. Ela declara que não vai morrer na escola, no entanto se vê como professora em outros espaços, inclusive atua na formação de professores e em um coletivo de uma rede antirracista. Quando indagada sobre os planos de continuar como docente nos próximos anos, ela responde afirmativamente.



O aparente incômodo no início da entrevista com a dificuldade de operacionalizar a câmera que não funcionava, parecia um fato banal, que passou inicialmente despercebido na análise no meio de uma gama de dados quando foi feito teste de análises com uso de software e análise de conteúdo. Na análise do discurso ao escavar os elementos das palavras da narrativa da entrevistada na íntegra, nota-se que ligar ou não a câmera na videochamadas era um elemento significativo. Quando consegue no decurso da entrevista ligar a câmera, Lélia ri enfaticamente celebrando com vivacidade: “consegui”, “agora você está me vendo”, diz veemente ao entrevistador. Já no fim da entrevista, Lélia demonstra como na sua trajetória de vida lutou para ser vista. A mera situação da dificuldade de ligar a câmara ressoa metaforicamente nas disputas que Lélia fez para se autodefinir e reivindicar reconhecimento como sujeito de direitos.

Quando interpelada sobre a satisfação enquanto professora de Sociologia e os sentidos da Sociologia na Educação Básica, Lélia enfatiza a identificação com os estudantes quando relembra sua trajetória. Ela também destaca o papel político da educação e da Sociologia enquanto uma possibilidade de conhecimento resistente, antirracista na busca por uma transformação social. Lélia ressalta: “(...) *Saber que tem um aluno na escola que me ouve, que me ouve e que se interessa. Que interessa em saber que nós estamos em crise e que nós estamos num país extremamente racista, que nós somos um país extremamente vulnerável, que a política do país está uma porcaria, que alguém fez um monte de coisa que foi para frente e o outro fez um monte de coisa que foi para trás e eu não ponho nome, outro não ajuda, outro rouba, aqui é tudo corrupto, nada dá certo. (...) Então, quando eu sei que tem uma aluna, quando eu sei que uma só está interessada em saber sobre a Sociologia, sobre algum, algum tema (...), que me escuta e brilha o olhinho para mim. Tá ótimo! Eu alcancei o que eu queria, um tá bom. Eu vejo a Lélia como uma menina preta que era a única dentro do mundo branco e que ela saiu de tudo isso, ela está brotando. Então, a Sociologia para mim, o ser docente é um ser proativo que brota, ele brota, não importa.*”

Disputar a educação, materializada nos inúmeros diplomas e cursos que ela citava com uma voz firme em vários momentos da entrevista, remete à saga das mulheres negras de traçar estratégias para se autodefinir em oposição às imagens de controle historicamente impostas. Lélia disputa espaços que não são historicamente destinados para as mulheres pretas retintas em um mundo branco, como ela mesma enfatiza.

A escola, a universidade e o exercício da docência concretiza a ocupação de espaços historicamente destinados aos brancos. Ela, semelhante a saga trágica de Antígona (Butler, 2022), disputa esses espaços interditados para as mulheres pretas. Além de ocupar estes espaços, tal como semelhante à Antígona, Lélia não se cala, ela grita para todos que tentam calar-lhe quem ela é. Isso desperta reações conservadoras e até muito violentas como as vio-



lências de gênero enfrentadas nos dois casamentos que teve com homens pretos e na perseguição violenta de cunho político e racista do diretor da escola que ela trabalhava. Mesmo diante das adversidades, discriminações e violências, Lélia reivindica sua voz própria e não se conforma que outros ditam-lhe seu destino.

Felizmente, Lélia segue uma história com um final diferente de Antígona graças aos avanços políticos e jurídicos obtidos nas últimas décadas pelos movimentos sociais, principalmente pelos movimentos negros e feministas, sobretudo, pelos feminismos negros. Na voz dessa Lélia entrevistada, há várias professoras que gritam reivindicando as matrizes de inteligibilidade por reconhecimento como vidas que importam negadas, invisibilizadas e silenciadas como sujeito. Ecoam vozes de mulheres pretas que reivindicam pela educação o direito de se autodefinirem e serem reconhecidas como humanas.

Lélia demonstra seu engajamento afetivo e político por meio da práxis que devido à formação em Serviço Social faz com que desenvolva inúmeros projetos de intervenção social com foco em inclusão, assistência e justiça. Ela articula uma rede com diversos parceiros que prestam assistência comunitária para estudantes como atendimento médico, psicológico, apoio à pessoas trans e vítimas de violência doméstica, inclusive relata que planeja fundar uma casa de apoio para estas em um terreno que herdou da avó. No momento da entrevista, ela organizava a arrecadação de livros para fundar uma biblioteca comunitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história de vida compartilhada por Lélia foi selecionada dentre os 16 relatos das docentes entrevistadas por ilustrar a complexidade de táticas e estratégias que as mulheres negras utilizam para enfrentar as opressões e desigualdades justapostas interseccionalmente que demonstram como as mulheres negras são inferiorizadas, desumanizadas, enquadradas como abjetos pelo dispositivo de racialidade que intensifica os efeitos duradouros da colonialidade. A educação configura essa arena de disputas em que as mulheres negras tensionam, interpe-lando eticamente por uma reivindicação pelas matrizes de inteligibilidade de reconhecimento e de humanidade (Butler, 2019, 2020, 2022, 2023a, 2023b, 2024). Elas revelam as insuficiências das matrizes tradicionais de inteligibilidade e reconhecimento baseadas nos padrões cisheteronormativos dos brancos. Elas reivindicam outras matrizes que as reconheçam na in-



tersesseccionalidade das multiplicidades de existirem como mulheres negras em uma sociedade racista, sexista, misógina, heteronormativa.

Portanto, a narrativa de Lélia ilustra os discursos de resistências das professoras negras entrevistadas que demonstram a potência das experiências vividas e da inovação das perspectivas fronteiriças das mulheres negras que as colocam em uma posição epistemológica subversiva. Destes lugares marcados pelo cruzamento das opressões, as professoras negras nos ensinam como olhar e agir de uma forma singular, elas nos contam como apesar das desigualdades de poderes é possível resistir e transformar coletivamente as escolas e as universidades pelo engajamento em uma pedagogia antirracista e em um feminismo negro. São narrativas que deslocam a perspectiva da vitimização e do sofrimento para a práxis com ênfase na resistência e no protagonismo na busca por reconhecimento e justiça social por meio de uma pedagogia antirracista fundamentada no exercício cotidiano da interseccionalidade como teoria crítica, metodologia e práxis.



## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 704, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300015>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BARBOSA, Inaê. Iabel.; OLIVEIRA, Amurabi. O “combate à ‘ideologia de gênero’” e o impacto sobre o ensino de ciências humanas sociais . **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, p. e68066, 30 ago. 2024.

BIROLI, Flávia. Gênero, valores familiares e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco (org.). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 135-189.

BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. O ensino de Sociologia no contexto de ascensão da extrema direita no Brasil. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 17, n. 2, p. 1–37, 2023.

BUTLER, Judith. **A reivindicação de Antígona**: o parentesco entre a vida e a morte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022a.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e460100302, 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023b.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2023c.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.



CIGALES, Marcelo. O ensino de sociologia e a escola democrática: desafios e possibilidades. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 73–85, 2022.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**. A interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos . Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos . Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 .

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe.; OLIVEIRA, M. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 261-278, 8 nov. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, 2021.



MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185302, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, vol.32, no3, Brasília, 2017, pp.723-745.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Ciências Humanas e Sociais no Brasil no contexto da ascensão do conservadorismo. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 27066, 2023.

PIMENTA, Aguiar Alcilene; MAGALHÃES, Izabel. Convergências e divergências na Análise de Discurso Crítica: um estudo comparativo entre as principais vertentes teóricas. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 25(2), 2024, p. 189–207.

VIEIRA, Viviane. Estudos críticos do discurso na agenda decolonial latino-americana. In: DOMÍNGUEZ, C. F. Á. ARÉVALO, Amaral. (Ed.). **Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político- social**. Buenos Aires: CLACSO, 2024, v. II, p. 93 - 122. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=3282&c=5>.

VIEIRA, Viviane. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero- sexualidade. In: RESENDE, Viviane de M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes, 2019, p. 83-115.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2016.